



Governamentalidade neoliberal, institucionalizações e mutações anarquistas.

Acácio Augusto¹

mutações anarquistas

A história dos anarquismos é tão diversa quanto suas definições, proposições e produção intelectual. Algo que pode ser notado nos livros que se dedicaram a apresentar uma história das idéias e dos movimentos anarquistas; cada um deles está atravessado pelos acontecimentos históricos imediatos e pela luta na qual está inserido. Assim, vemos em Max Nettlau (1977), quando escreve, em 1935, *A anarquia através dos tempos*, uma preocupação com a ascensão dos governos totalitários na Europa e uma intenção explícita em subsidiar a história dos anarquistas espanhóis, preste a eclodirem na *Revolução Espanhola*, em direção ao que será chamado de anarco-comunismo. Como é possível notar em George Woodcock (2002), que escreve *Histórias das idéias e movimentos anarquistas*, em dois volumes no ano de 1961, apontando para um esgotamento histórico do movimento anarquista, tendo que se retratar após os acontecimentos do *maio de 1968* na França. O que leva, inversamente, Daniel Guérin (s/d) a escrever, em 1965, *O anarquismo*, interessado na potência dos anarquistas em suas práticas de autogestão e na crítica histórica ao socialismo autoritário, percebendo a reviravolta que os jovens em *1968* imprimirão na vida política, reativando o interesse pelas práticas dos anarquismos ou do socialismo libertário.

No entanto, muito antes dessa retomada na segunda metade do século XX, a história-política dos anarquismos, dissociada da separação teórico-metológica entre história das idéias e dos movimentos, aponta para um deslocamento das forças que permitem traçar procedências, continuidades e descontinuidades das resistências às tecnologias de poder. Partindo da sugestão deixada por Michel Foucault de que “a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. O

¹ Doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP, pesquisador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP), professor da Faculdade Santa Marcelina (FASM) e co-autor, com Edson Passetti, de *Anarquismos e educação* (2008), da editora Autêntica.



problema do poder não é o da ‘servidão voluntária’ (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ — de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente.” (Foucault, 1995: 244-245). Nessa relação de *agonismo*, de lutas incessantes entre as tecnologias de poder, suas metamorfoses e resistências engendradas pelas práticas anarquistas é que se insere a preocupação desse trabalho, que propõe problematizar os anarquismos contemporâneos, focando as lutas e reações nos anos posteriores ao *maio de 68*. Para além desse objetivo, partir da radicalidade dos anarquistas nos séculos XIX e XX, para questionar o que interpela, provoca e ultrapassa as contemporâneas tecnologias de poder numa relação *agonística* que é, portanto, irreduzível à esta ou àquela prática política. Perguntar, enfim, como se dá essa provocação permanente na *sociedade de controle*?

As práticas anarquistas, não entendidas apenas como projeto de emancipação humana, mas como lutas que, ao buscarem a sociedade livre da opressão do Estado (revolucionarismo bakunista ou pacifismo prodhoniano) e do exercício da autoridade centralizada, fomentam práticas liberadoras corroendo o exercício da autoridade e do Estado que apareceram depois de 68. São elas: ecologia social, anarquismo acadêmico, movimento anarco-punk, os anarquistas no movimento antiglobalização, as zonas autônomas temporárias (TAZ), as eventuais associações de únicos procedentes do libertarismo de Max Stirner.

Os anarquistas nasceram utópicos, mas a potência de liberdade em suas práticas está na realização de heterotopias como prática liberadora. Como anota Passetti, “os anarquistas vivem em associações, como pessoas livres para dela saírem quando bem entenderem, inventando formas de vida livre, na casa, no amor, na amizade, com os filhos, os amigos, os que chegam e os que vão. Os anarquismos expressam existências, vidas e suas obras dissolvendo lazer e trabalho, privado e público. O anarquista não vive da utopia, inventa heterotopias” (2002: 163).



Uma breve retomada de momentos importantes das lutas anarquistas mostra que no interior dessas batalhas passaram acontecimentos que moveram interessados nos combates e provocaram metamorfoses nas tecnologias de poder e experimentações múltiplas de resistências, considerando resistências, segundo Foucault, menos pela oscilação ativo-reactivo e precisamente pelo que elas trazem de inovações de liberdade.

A procedência inicial é a década de 1840, quando emergem as primeiras associações operárias que culmina na tentativa de uma revolução social, de contornos socialistas, na França, impulsionada de imediato por uma luta pelo sufrágio universal. Momento apontado por Proudhon como emergência da *capacidade política da classe operária* (Resende & Passetti, 1985). A reação conservadora nesse momento será a instauração da Segunda República na França. Mesmo assim, lança-se as condições para que, em pouco mais de uma década, surgisse, em 1862, a *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Nessa mesma década, que inicia-se com o livro-bomba de Proudhon *O que é propriedade?*, Max Stirner publica o *Único e sua propriedade*, causando abalo às radicais propostas de Proudhon para derrubada do Estado.

Um outro historiador dos anarquismos, Jean Maitron (1975), situa o período que vai da Comuna de Paris (1871) ao início da I Guerra Mundial (1914), como um período decisivo nesse embate entre a ordem, a ação dos libertários e a reação conservadora. A reação franco-prussiana à experiência revolucionária na cidade de Paris realizou-se como um massacre dos revolucionários, seguido de uma perseguição, em toda Europa, aos que conseguiram escapar das baionetas. No ano seguinte, 1872, a tensão entre socialistas autoritários, ao lado de Marx e Engels, e socialistas libertários, em sua maioria coletivistas, ao lado de Bakunin, se dissipa com a expulsão da ala bakuninista após uma manobra de Marx que leva o congresso da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), também conhecida como I Internacional, para Nova York. Desde então, as lutas operárias ou seguirão a centralização do partido da revolução, segundo a concepção do *Manifesto Comunista* (1848), de Marx e Engles, que ganha força com as críticas dirigidas ao “fracasso” da Comuna de Paris, ou irão à busca de outras maneiras de combater o Estado e o Capital, como a organização em sindicatos livres ou as ações de expropriação e terrorismo individual.



O efeito da multiplicidade das práticas anarquistas se potencializa nesse momento. As décadas de 1880 e 1890 serão decisivas para as lutas dos anarquistas em todo planeta. Enquanto que no campo do socialismo de partido a tese da ditadura do proletariado e ocupação do Estado, como avanço da luta dos trabalhadores, ganha força, com expressões políticas visíveis na Alemanha do começo do século XX e a teoricamente inacreditável Revolução Russa, os anarquistas se espalham pelo mundo produzindo diferentes e surpreendentes práticas libertárias. É nesse momento que chegam com força na Espanha, que viverá uma experiência curta e intensa de autogestão na década de 1930, na contramão de uma Europa cada vez mais totalitária. É nesse momento, também, que muitos militantes que escaparam das perseguições na Europa, chegaram às Américas e iniciaram práticas de resistência, não só no campo das lutas operárias, mas também, com inéditas experimentações em educação de crianças e vida coletiva. Os anarquistas introduzem nas Américas o amor livre, a educação apartada dos castigos, as possibilidades de vida livre dos valores burgueses e autoritários, o questionamento do papel das mulheres nas sociedades modernas, o embate com patrões, oligarcas e governantes. Como é possível acompanhar nas pesquisas produzidas a partir da década de 1980 no Brasil.

Há um outro redimensionamento nessa formação inicial das lutas anarquistas na Europa que se dá nos anos 1870 com a afirmação do anarquismo bakunista diante da organização do proletariado em partido e repercutindo no interior do sindicalismo revolucionário como anarco-sindicalismo opondo sindicato a partido e nas práticas com o anarcoterrorismo. Os anos de revolução bolchevista e espanhola levam os anarquistas para dentro e fora dos governos em breves e intensos momentos e que repercutirão tanto na equivocada tese de Woodcock, já sublinhada, quanto na noção de anarquismo como movimento pré-político elaborada pelo marxismo pós- II Guerra Mundial, ou mesmo do anarquismo, ainda vivo mas restrito ao movimento cultural como a de James Joll. Todavia com os acontecimentos de 68 as práticas anarquistas são retomadas no que têm e recriam de associativismo, ação direta e autogestão, redimensionando, de um lado, o coletivismo em ecologia social, anarquismo acadêmico, anarco-punks, ateneus e centros culturais, anarquismo social, crítica à globalização e de outro lado, o individualismo



anarquista em anarquismo como estilo de vida, rompimento com a dicotomia, estética da existência, TAZ, The Living Theatre...

Essa breve retomada de alguns momentos da história dos anarquismos busca situar num campo de batalha disposto entre lutas contra o poder, reações conservadoras e práticas capazes de se deslocar, desdobrar e fugir das investidas dessa reação.

Nesse sentido, buscar o que essas lutas produziram, tanto como deslocamentos das tecnologias de poder, quanto como inovadoras práticas de liberdade que respondem às circunstâncias e contingências em que emergem. No campo do socialismo que emerge no século XIX, deslocar o que supõe alguns de seus historiadores. Se é possível concordar com Daniel Guèrin que anarquismo e marxismo nascem juntos e seguem, na familiar imagem criada por Guèrin, como primos brigados, não é isso que interessa às práticas de resistências libertárias nessa segunda década de século XXI. Na medida em que o século XX evidenciou o mau futuro das revoluções, já anunciado nos séculos XVIII e XIX, cada um à sua maneira, por Godwin, Proudhon e Stirner, a potência em resistir encontra-se numa atualidade das práticas dos anarquistas, descoladas dos antigos projetos revolucionários, mais afeitos aos grandes objetivos e planos dos partidos marxistas, que provaram o malogro diante do Estado burguês capitalista.

governamentalidade neoliberal e institucionalizações

Vivemos uma época de acomodações e conformismo, na qual a democracia se instala como regime político planetário e os direitos de minorias parecem aclimatar e pacificar as contestações e reivindicações políticas. Parece esgotar-se o tempo das grandes contestações ou das reviravoltas nos costumes que levaram às insurreições, revoltas e revoluções. Assistimos a uma pletora de direitos inexecutáveis (Passetti, 2003), que satisfazem nesse início de século XXI, tanto o que se convencionou chamar de direita quanto de esquerda no século XX. Mesmo algumas associações anarquistas que emergem no final século XX, em meio aos movimentos anti-globalização, vistos como uma reativação dos anarquismos na atualidade, vêem-se, junto a outros grupos políticos e alguns contemporâneos autores marxistas, capturados em lutas por direitos e pluralizados no interior do conceito de *multidão*, em busca de uma ordem alternativa, de uma outra globalização ou do que se chama, hoje, de *altermundialismo*.



Gilles Deleuze (2000; 2005) partindo das análises de Michel Foucault (2001; 2002a; 2002b; 2007) assinala para uma vida contemporânea metamorfoseada em novas técnicas de controle em relação aos antigos mecanismos de exercício do poder disciplinar e a nomeia de sociedades de controle (Deleuze: 2000; 2005; Passetti, 2003). Edson Passetti (2007a; 2007b) caracteriza esta sociedade de controle como uma época do *conservadorismo moderado*: prática da ética da responsabilidade como compaixão cívica de empresas — a nova filantropia e a normalização da captura das potências de resistência pela participação democrática —, democracia e cidadania; medicalização e punição, combinadas, para a *normalização do normal*, que articula e flexibiliza modulações de normalizações (Passetti, 2007a: 16-17). Como as resistências contemporâneas escapam dessas flexíveis modulações? Como a história das práticas anarquistas e as atuais proposições escapam a essa disseminação do conservadorismo moderado?

A expansão do regime de direitos, democratização do tribunal, controles eletrônicos e convocações à participação (Passetti, 2003), são práticas de uma nova tecnologia de poder. Contudo, afirmar que estamos sob novas práticas do exercício de poder não implica deduzir que, desde algumas décadas atrás até hoje, operou-se uma substituição de antigas técnicas disciplinares e *biopolíticas* de adestramento e controle dos corpos e das populações, para novas forças que, se não sabemos ainda caracterizá-las ou nomeá-las, são diferentes e substituem as antigas. Mesmo a passagem de uma *sociedade de soberania* para uma *sociedade disciplinar*, segundo os estudos histórico-políticos de Foucault (2002b), articulam muito mais um acoplamento de práticas discursivas e tecnologias de poder do que uma substituição ou mesmo superação, ainda que haja mudanças pontuais. Na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, anuncia-se um novo acoplamento que não dispensa a internação, explicitando ainda uma permanência das instituições disciplinares, mas agrega a elas controles sofisticados para continuidade da dominação, não mais pelos métodos de introjeção de regras em instituições austeras, mas fazendo de cada um o agente participativo do próprio domínio de assujeitamento.

Isso não pressupõe uma lógica acumulativa da economia do poder que se realiza por somatória de forças e técnicas. Quando Deleuze (2002) anunciou o que chamou de



sociedades de controle, a partir de uma crise generalizada das instituições disciplinares; quando afirmou que *sociedade disciplinar* é o que estamos deixando de ser para passar a enfrentar novas forças que fomentam um processo de reforma das escolas, das fábricas e das prisões como gestão de sua agonia, não falava nem de substituição, nem de adição de novas tecnologias de poder. O termo que pode caracterizar essa passagem, como mostrou Passetti (2003), é *metamorfose*. Metamorfose é um termo preciso não apenas para nomear o processo de instauração dessas novas forças, que desde a II Guerra Mundial se anunciam, como caracteriza o próprio funcionamento das tecnologias de poder na época em que vivemos. “A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle não determina a superação de uma em benefício da outra, mas uma metamorfose do espaço definido para o espaço indeterminado, da fronteira para o *sobre* a fronteira ou o outro lado da divisória, na superfície e no ar” (Passetti, 2003: 250-251).

Desta maneira, parte-se da noção de heterotopia como contrapositionamento na sociedade disciplinar, para buscar como se realizam experimentações heterotópicas na sociedade de controle, partir da produção contemporânea de libertarismos que, embora remetam às experimentações anarquistas, se apresentam metamorfoseados nos dias de hoje.

Faz-se necessário, portanto, apontar para uma, mesmo que inicial, análise da história-política das lutas anarquistas atento aos momentos de fissuras, deslocamentos e de intensa agitação e produção de saber, seguidos de reações conservadoras. Nesse sentido, deve prestar atenção décadas de 40, 70 e 90 do século XIX, e de 60 e 90 no século XX, como momentos de deslocamento tanto das forças que buscam uma transformação da sociedade quando de uma reação conservadora.

Bibliografia

- Camus, Albert. *O homem revoltado*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Castelo Branco, Guilherme. “Considerações sobre ética e política”. In Vera Portocarrero & Guilherme Castelo Branco. *Retratos de Foucault*, Rio de Janeiro: Nau, 2000, pp. 310-327.



- Deleuze, Gilles. *A ilha deserta*. Tradução Luis Orlandi e outros. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Enzensberger, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Foucault, Michel. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, 2008.
- _____, Michel. *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- _____, Michel. *Ditos e escritos, estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Manuel B. da Motta (org.). Rio de Janeiro: Editora Forense, vol. IV, 2003.
- _____, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- _____, Michel. *Os Anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2002c.
- _____, Michel. *A vontade de saber — História da sexualidade vol. I*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____, Michel. “Do governo dos vivos”. In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 12, 2007a, pp. 270-298.
- _____, “Outros espaços”. In *Ditos e Escritos III*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Manuel B. da Motta (org.). São Paulo: Editora Forense, 2001a, pp. 411–422.
- _____. “O sujeito e o poder”. In Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- Godwin, William. “Crime e punição”. In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 5, 2004, pp. 11-84.



- La Boétie, Etienne. *Discurso da Servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Leuenroth, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro/São Paulo: Achiamé/CCS-SP, 2007.
- Maitron, Jean. “Émile Henry, o benjamim da anarquia”. In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 7, 2005, pp. 11-42.
- Negri, Antonio & Hardt, Michael. *Multidão*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, 2005.
- Passetti, Edson. *Anarquismo urgente*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.
- _____, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- _____, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário/Capes, 2003b.
- Passetti, Edson & Augusto, Acácio. *Anarquismos e educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- Passetti, Edson. “Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado”, In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 12, 2007a, pp. 11-43.
- _____, Edson. “Ensaio sobre *um* abolicionismo penal”. In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 9, 2006a, pp. 83-114.
- _____, Edson. “Heterotopias anarquistas”. In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 2, 2002, pp. 141–173.
- Proudhon, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?*. Trad. Marília Caeiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- Sennett, Richard. *A Cultura do novo capitalismo*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.